

5. O Visionário

Carácter Inovador

Sobre o homem que é o Professor Ribeiro Telles já hoje muito se falou. A mim cabe-me falar do carácter inovador da sua actividade e da sua intervenção na nossa sociedade.



O Professor Ribeiro Telles faz parte da primeira geração de arquitectos paisagistas formados em Portugal por uma escola que foi trazida da Alemanha pelo Professor Caldeira Cabral, em 1941. Esta escola, o que propõe, é uma intervenção na paisagem com base em dois conceitos maiores: a ecologia e a cultura. E olha para a paisagem como uma entidade que corresponde à natureza humanizada. Este conceito de paisagem, ao que parece, terá surgido no século XVI porque o conceito de natureza já não era suficiente para nomear uma nova categoria – a natureza artificializada pelo homem, um conceito fortemente cultural que é o que nós hoje temos pela nossa frente.

Relativamente à ecologia, pode dizer-se que a arquitectura paisagista é, por sua natureza, uma profissão que trabalha com a ecologia. E em toda a actividade do Professor Ribeiro Telles, esta componente está evidentemente presente. Presente através da utilização



POR
Manuela Raposo Magalhães

Coordenadora do Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia

da vegetação natural, como se pode ver aqui, no Jardim da Gulbenkian, de preferência à vegetação exótica, com uma estética naturalista que veio substituir a estética neoclássica, representativa da ditadura e que vigorava em Portugal, nos anos 40 e 50. Todo esse trabalho foi divulgado aqui, na Fundação Gulbenkian, numa exposição que deu origem a um catálogo muito importante, como referencial das primeiras décadas da arquitectura paisagista em Portugal.

Para além dos projectos realizados para a cidade de Lisboa, a sua participação em equipas de planeamento mostra que a caracterização da paisagem do ponto de vista ecológico já existia, e isto

passava-se nos anos 50. Em conjunto com o Professor Caldeira Cabral, participou no Plano Director de Lisboa, dos anos 50, coordenado pelo Eng^o Guimarães Lobato; Na revisão do Plano Director da Região de Lisboa, em 1972, participou na equipa de Maurício Vasconcelos, onde também trabalhou o Arq^o Nuno Portas e muitos outros. Já nessa altura, as metodologias de um planeamento de base ecológica, foram contempladas.

Nos planos para Lisboa, dos quais, um dos primeiros que teve a sua contribuição, terá sido o plano de urbanização da Avenida da Liberdade, realizado nos finais dos anos 60, usou uma metodologia inovadora que utilizava aquilo que é o conhecimento do funcionamento dos ecossistemas, independentemente de se estar no campo ou na cidade. De facto, não é pelo facto de se estar na cidade que a natureza deixa de existir ou de se manifestar.

E, finalmente, tenho que falar do Plano Integrado de Almada, onde eu comecei a minha vida profissional – já trabalhava no atelier do Professor Ribeiro Telles – e fiz parte de uma equipa notável de planeamento, coordenada, a

DOSSIER

nível geral, pelo Arq^o Vassalo Rosa, aqui também presente, e em que a equipa de arquitectura paisagista era coordenada pelo Professor Ribeiro Telles. Nesse plano é absolutamente evidente a utilização de vários conceitos que estão na base da arquitectura paisagista: o contínuo natural que vem dos anos 20 e que, mais tarde, só nos anos 80, é vertido na nossa Lei de Bases do Ambiente e representa a ideia de que, de facto, a natureza não funciona aos saltos. Ela prefere a continuidade; o conceito de área classificada que deu origem a uma das primeiras áreas protegidas, a Reserva Paisagística de Almada, mais tarde revogada; e um outro conceito muito importante, o da aptidão ecológica, que significa que as actividades humanas não se podem instalar em qualquer sítio. Fazer-se pão, tem de ser em terras de pão. Da mesma maneira, construir-se casas, tem de ser em terras com aptidão para a edificação.

Portanto, a ecologia e a sua aplicação ao desenho urbano e à cidade são uma constante no trabalho do Professor Ribeiro Telles, desde os anos 50, desde que se formou.

Da mesma maneira, ele encara a cultura, que constitui o segundo grande tópico da base da arquitectura paisagista. E como a cultura é feita de passado e memória, Ribeiro Telles nunca fez tábua rasa da história e do passado, como foi característica dos tempos modernistas. O Professor Ribeiro Telles tem um conhecimento aprofundado do que é a paisagem tradicional portuguesa, de qual é o papel da agricultura, da mata e dos camponeses na paisagem rural. Isso foi-lhe dado por formação e também, calculo eu, por um conhecimento empírico obtido com a ligação que tem à terra, através das suas raízes, em Coruche.

E é assim que o Professor Ribeiro Telles tem um profundo conhecimento do que são os ciclos de recuperação do fundo de fertilidade do solo, para a produção de alimentos e materiais. E é assim que surge em confronto com os políticos do Estado Novo, por causa da desamortização dos baldios, que já tinha começado durante a revolução liberal, e com a sua subsequente pinheirização que levou ao abandono das aldeias pelos camponeses, obrigados a emigrar, ou para fora do país, ou para as cidades,



dando, neste caso, origem a outros problemas de sub-urbanização.

Mais tarde, insurgiu-se contra a grave eucaliptização, ocorrida depois da entrada das celulosas em Portugal porque sabia que o nosso país não tem capacidade para aguentar a dimensão com que o pinheiro e o eucalipto se estenderam. E portanto, agora, o país arde, porque não pode acontecer outra coisa. As políticas que até agora foram prosseguidas insistentemente ao nível da paisagem rural e que culminaram com a política agrícola comum, conduziram ao abandono das terras, ao esvaziamento das aldeias e à substituição do mosaico agro-silvo-pastoril, por

pinheiro e eucalipto. Portanto, agora, a paisagem arde e nós até poderíamos dizer: pois que arda, para a partir daí se recuperar alguma coisa daquilo que se foi perdendo e é autosustentável.

Desde sempre que ele se tem insurgido contra a simplificação da paisagem. A simplificação da paisagem é a substituição deste mosaico, em que a agricultura se complementa com a silvicultura, em que é na mata que começa a conservação do solo e da água, através de espécies que são as nossas espécies autóctones ou tradicionais: os carvalhos, os castanheiros e na zona ribeirinha, os amieiros, os salgueiros e o freixo.

Já hoje houve aqui uma referência à história aos agricultores que estranham as vacas, ao que foi todo o sistema modernista de mecanização, de introdução da agro-química, de pesticidas, dos adubos, em que houve uma geração inteira de agrónomos que foi mandada para o campo vender adubos e rações da CUF. O gado passou a ser estabulado e o fundo de fertilidade do solo, progressivamente destruído.

É também neste contexto que Ribeiro Telles tem aparecido, desde sempre,



No plano de urbanização da Avenida da Liberdade, realizado nos anos 60, usou uma metodologia inovadora que utilizava aquilo que é o conhecimento do funcionamento dos ecossistemas, independentemente de se estar no campo ou na cidade

a defender a agricultura urbana. Agora, este mote está na praça pública, felizmente. Ele até é divulgado através de uma directiva europeia chamada a Carta da Agricultura Periurbana, mas o que é certo é que o Professor Ribeiro Telles defende esta perspectiva desde que o conheço.

Uma das questões que aqui coloquei foi a dificuldade que teve em passar esta mensagem, que hoje começa a estar na moda por imposição da União Europeia e não porque haja uma massa crítica em Portugal que perceba e incorpore esta perspectiva.

Muitas vezes achei que o Professor parecia Santo António a pregar aos pei-

xes, pois vivemos numa sociedade altamente mediatizada e é difícil explicar tudo nos dois minutos que os jornalistas dão de tempo de antena.

Gostaria ainda de falar do que foi o papel inovador do Professor Ribeiro Telles relativamente à legislação que propôs, enquanto membro do Governo. Não vou falar de todos os aspectos; combinei com a Margarida Cancela d'Abreu que dividíamos esta matéria para não haver repetições.

Com esta noção profunda do que é a paisagem rural e da necessidade de conhecer e manter a funcionar os ciclos dos nutrientes, da água, do ar, Ribeiro Telles, quando chega ao governo, ainda como Secretário de Estado do Ambiente nos governos provisórios, propõe três diplomas extremamente importantes. Um, protege o solo, nomeadamente os solos A, B e Ch da carta de capacidade de uso agrícola do solo, outro protege a vegetação e o relevo. Este último, devido ao sintoma que representava a alteração do uso do solo rural, nestes tempos bastante agitados, nomeadamente por construção clandestina. Nesta fase propôs também um decreto de regulamentação da publicidade na paisagem.

Vale a pena também referir uma portaria que saiu ainda em 1975 que proibia a arborização dos solos de elevada capacidade de uso, na perspectiva de que, quem tem pouco, tem que gerir o que tem em termos de uso múltiplo, ou seja, os melhores solos devem ser usados pela agricultura. Evidentemente que já se adivinhava aqui que as celuloses iriam tentar ocupar a maior parte dos solos de elevado valor ecológico porque, onde cresce uma cultura arvense, também uma árvore cresce melhor do que nos solos pobres.

É numa segunda reincarnação do Professor Ribeiro Telles, como membro dos governos AD que é criada, ainda para protecção do solo, a Reserva Agrícola Nacional, cuja gestão foi entregue ao Ministério da Agricultura. E, só para dizer em que medida o Professor Ribeiro Telles é profundamente inovador, nem o próprio Ministério da Agricultura estava interessado nos solos como recurso. Não havendo agricultura, o entendimento era de que se pode fazer dos solos o que se quiser. E é assim que o Ministério da Agricultura, a partir daí, passou a gerir a desafectação dos solos

da Reserva Agrícola Nacional, em vez de garantir a protecção da Reserva Agrícola Nacional.

Aquilo que podemos ver é que os conceitos básicos que foram introduzidos pelo Professor Ribeiro Telles nesta legislação do ordenamento do território foram, pouco a pouco, revistos por todos os regimes partidários que estiveram no poder, mas nunca alterados na sua essência. Foram revistos em questões processuais, em questões de pormenor. E é assim que, apesar de todos os atropelos, a RAN e a REN vão sendo utilizadas.

Outro dos decretos muito importantes do Professor Ribeiro Telles, foi o Decreto 613 de 1976. É um documento que revoga a lei anterior, a Lei 9/70, destinada a regulamentar as áreas protegidas, mas fá-lo com três tónicas muito importantes: as áreas protegidas e as áreas ecológicas especiais, as áreas florestais especiais e as áreas de reserva de sub-solo. Embora estas áreas especiais nunca tivessem sido utilizadas no planeamento, este foi o diploma precursor da futura Reserva Ecológica Nacional. Há um outro tema neste diploma, o da protecção aos objectos arquitectónicos. A protecção aos edifícios, com a sua área de protecção, como fazia a legislação dos monumentos nacionais, é substituída pela protecção aos lugares, aos sítios e aos conjuntos arquitectónicos. Ou seja, este diploma permitia uma classificação mais abrangente do património arquitectónico. Um conceito que hoje já está integrado na lei do Património.

E, finalmente, gostaria também de falar da Lei de Bases do Ambiente. Aliás está aqui o Eng^o Carlos Pimenta que levou a cabo esta tarefa, para a qual convidou várias equipas, nomeadamente o Professor Ribeiro Telles. Confesso que, naquela altura, achei estranho que, depois de publicada a maior parte da legislação de base, aparecesse uma lei de bases. Hoje, posso dizer-vos, que foi esta lei de bases que salvou o que ainda há para salvar, porque dela constam a REN e a RAN. E a lei de bases, só pode ser alterada pela Assembleia da República. Já aqui foi dito pelo Eng^o Coimbra que todas as medidas, todas as alterações feitas à REN e à RAN têm tentado acabar com elas. Pelo que esta inclusão na lei de bases foi absolutamente

estratégica e não é por ignorância que, no actual projecto de revisão da lei de bases do ambiente que aguarda discussão na Assembleia da República, não constam a RAN e a REN.

Esta lei de bases inclui definições de ambiente, ordenamento do território, paisagem e contínuo natural. Todas estas definições foram debatidas com o Professor Ribeiro Telles, o Professor Caldeira Cabral, o Arq^o Viana Barreto, que era nessa altura Director Geral do Ordenamento do Território. E, só para se perceber como os tempos mudam, a Lei de Bases do Ambiente é de 1987 e em 1998 surge a Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo, que pretende unificar a legislação referente ao ordenamento do território mas não refere, nem uma única vez, a Lei de Bases do Ambiente, nem estabelece nenhuma ponte com ela. Isto mostra que continua a haver um abismo entre aquilo que se pode chamar a cultura ambientalista e a cultura urbanística. Não porque as pessoas sejam más pessoas, evidentemente, mas por uma questão de formação. Enquanto não tivermos nos currícula dos cursos a interface indispensável para podermos conversar uns com os outros, nomeadamente entre os cursos de engenharia, de arquitectura e arquitectura paisagista, o entendimento é muito difícil porque não se sabe do que se está a falar.

Finalmente, no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, um decreto de 1999, consegue-se esta perspectiva de integrar a estrutura ecológica. A estrutura ecológica já tinha sido utilizada no Plano Verde de Lisboa, em 1993, não estava na lei e, ainda hoje, continua completamente incompreendida porque se pensa que a estrutura ecológica é delimitada a nível municipal, e que depois há outra coisa diferente a nível regional e que a nível nacional não há nada, porque a nível nacional não há expressão gráfica para essa estrutura. Há expressão gráfica para o Plano Rodoviário Nacional, para o Plano Escolar Nacional, mas não há expressão gráfica para a Estrutura Ecológica Nacional...

A prova de que esta perspectiva é uma perspectiva que, finalmente, está sedimentada na União Europeia, é a publicação da Convenção Europeia da Paisagem em 2005.

E agora sim, finalmente, começa a haver uma ideia de confluência e um instrumento de ligação entre as várias intervenções, de maneira a perceberem que é a entidade paisagem que suporta tudo isto.

Não me compete a mim falar da questão do ensino, mas já agora, gostava de deixar aqui, como referência, esta questão.

O ensino da arquitectura paisagista começou no Instituto Superior de Agronomia em 1941, passou anos numa espécie de limbo de um curso que era mal aceite dentro da escola e, só em 1983 é que houve a possibilidade de se fazer o Doutoramento em Arquitectura Paisagista. Acontece que todos os docentes que lá ensinaram, a seguir ao Professor Caldeira Cabral, não se doutoraram por não haver estatutariamente essa possibilidade. Houve algumas excepções a esta regra, mas as pessoas recusavam-se a fazer um doutoramento em silvicultura ou agronomia, ou qualquer

outra coisa que lhes abrisse as portas à carreira académica. E portanto, quando saíram as normas que unificaram as licenciaturas, todos os docentes, à época que não eram doutorados, foram varridos do Instituto Superior de Agronomia. Nessa altura, o Professor Ribeiro Telles foi chamado, *in extremis*, para salvar o curso de arquitectura paisagista, no Instituto Superior de Agronomia, em 1988. É mais uma coisa que lhe devemos: o facto de surgir como salvavidas quando as coisas não correm da melhor maneira.

Agradeço muito ao Professor Ribeiro Telles tudo aquilo que me deu e gostava de finalizar dizendo que fui sua aprendiz, embora o Professor Ribeiro Telles não tenha sido formalmente meu professor. Fui aprendiz sempre que trabalhei consigo, quer no atelier, quer nos vários serviços por onde passámos e, é entre os mestres que eu tive, aquele que mais me ensinou. Disso não tenho qualquer dúvida. Muito obrigado Professor. ■

Uma das questões que aqui coloco foi a dificuldade que teve em passar esta mensagem, que hoje começa a estar na moda por imposição da União Europeia e não porque haja uma massa crítica em Portugal que perceba e incorpore esta perspectiva. Muitas vezes achei que o Professor parecia Santo António a pregar aos peixes, pois vivemos numa sociedade altamente mediatizada e é difícil explicar tudo nos dois minutos que os jornalistas dão de tempo de antena

